



172  
A.  
A.

Processo n.º04/15\_UVP-FPC

## **DELIBERAÇÃO DO CONSELHO DE DISCIPLINA DA UVP-FPC**

### **A. Identificação e Instrução**

O Conselho de Disciplina da União Velocipédica Portuguesa / Federação Portuguesa de Ciclismo instaurou processo disciplinar, em 05/10/2015, contra o ciclista \_\_\_\_\_, portador da licença n.º \_\_\_\_\_ tendo em vista apurar a sua responsabilidade disciplinar pela prática de uma infração ao previsto na alínea a) do n.º2 do art. 3.º da Lei n.º 38/2012, consubstanciada na detecção da substância proibida específica Efedrina na amostra de urina recolhida ao atleta, no controlo em competição realizado no dia 17/05/2015.

A instrução do processo foi conduzida pelo Exmo. Senhor Dr. \_\_\_\_\_, que foi nomeado pelo Presidente deste Conselho aquando da abertura do processo disciplinar. Findo o inquérito, o processo disciplinar foi entregue pelo Instrutor ao Presidente.

Estão presentes todos os membros do Conselho, tendo-se verificado que o Arguido está sujeito ao poder disciplinar da UVP-FPC, e que nesta data não decorreram mais de 120 dias desde a comunicação da violação da norma antidopagem (n.º 3 do art. 59.º da Lei n.º 38/2012), pelo que se encontram reunidos todos os pressupostos para validamente deliberar e decidir o processo disciplinar.

### **B. Fundamentação**

No termo da instrução foi elaborado relatório final, que com exceção do que a seguir referiremos, se subscreve na totalidade - quer quanto à matéria de facto, quer quanto à matéria de direito - e para o qual se remete, passando o mesmo a fazer parte integrante da presente decisão.

A exceção a que supra aludimos prende-se com a sanção pecuniária proposta pelo Instrutor. Diz este que, "excecionalmente, deve ser aplicado o mínimo legal de multa, dentro da moldura aplicável à infração praticada.". Mas não se vislumbra qual seja a razão para esta excecionalidade.



1r L/A.  
SA

De facto, ficou perfeitamente claro em sede de inquérito e expresse no relatório final do Instrutor que o Arguido agiu com dolo direto, de grau grave. E isto não se coaduna com aplicação da pena pecuniária mínima, como pretendido pelo Instrutor.

É certo que o Arguido alegou ter um rendimento mensal disponível baixo (tendo eventualmente sido esta a razão que motivou o tratamento excecional pretendido pelo Instrutor). Contudo, este critério não pode ser determinante. Desde logo, porque não é isso que resulta da Lei. E ademais porque se abria um precedente gravíssimo, que impossibilitaria a aplicação de uma sanção pecuniária superior ao mínimo regulamentar daqui para o futuro.

Dito isto, ao Arguido terá de ser aplicada a sanção adequada, podendo depois ser admitido o pagamento da mesma em várias prestações, a fim de não comprometer a possibilidade de cumprimento. Só assim teremos uma solução justa e legal.

Como se viu, o Arguido agiu com dolo, em grau grave. Tem a seu favor que confessou, mostrou arrependimento, é primário e ciclista amador (não retira, por isso, qualquer rendimento da prática desportiva). Face a isto, olhando à moldura aplicável (de €500 a €5.000), entende-se ser adequada a fixação de uma sanção pecuniária na quantia de €1.250 (mil e quinhentos euros).

No demais, nada a acrescentar ao que consta do Relatório Final, para o qual novamente esta decisão remete.

### C. Decisão

Depois de analisado e discutido todo o processo, os membros deste Conselho decidem, por unanimidade, aplicar ao ciclista/filado

as seguintes sanções cumulativas:

- Pena de dois anos de suspensão da atividade desportiva (art. 61º n.º 1 da Lei nº 38/2012 e do artigo 17.º n.º1 do Regulamento Antidopagem UVP-FPC);

- Invalidação do resultado individual obtido na prova (art. 74.º da Lei nº 38/2012, de 28 de Agosto);

- Anulação de todos os resultados desportivos obtidos nas provas em que tenha participado após o dia 17/05/2015 (art. 76.º da Lei nº 38/2012, de 28 de Agosto);

- Sanção pecuniária no valor de €1.250,00 (art. 27.º do Regulamento Antidopagem da UVP/FPC em vigor) a pagar em 25 prestações mensais e



sucessivas, cada uma no valor de €50 (cinquenta euros) cada, vencendo-se a primeira no mês seguinte ao trânsito em julgado desta decisão.

Nestes termos, estando o Arguido suspenso preventivamente, ao abrigo deste processo, desde 05/10/2015, o mesmo não poderá participar, em que qualidade for, em nenhuma competição ou evento desportivo, até ao dia 04/10/2017 (conforme decorre da conjugação do disposto nos artigos 69.º e 70.º, ambos da Lei nº 38/2012, de 28 de Agosto).

De molde a que seja garantido o cumprimento efetivo da sanção ora aplicada, o Arguido deverá proceder à entrega da sua licença desportiva (pessoalmente na sede da UVP-FPC, ou via CTT) no prazo máximo de 5 (cinco) dias. A licença ser-lhe-á devolvida decorrido que esteje o período de suspensão.

Notifique-se a decisão ao Ciclista e à ADoP, juntando-se em anexo cópia do Relatório Final de Inquérito.

Lisboa, 17 de Dezembro de 2015

(Hugo Dias)  
Vogal

P'los Membros do Conselho de Disciplina,

(José M. Castro)  
Presidente

(André Martins)  
Vogal

## RELATÓRIO FINAL

### I. RELATÓRIO

O **CONSELHO DE DISCIPLINA DA UNIÃO VELOCIPÉDICA PORTUGUESA / FEDERAÇÃO PORTUGUESA DE CICLISMO**, por delegação da Autoridade Antidopagem de Portugal (adiante ADoP) – cfr. artigo 59.º n.º1 da Lei n.º 38/2012 – instaurou o presente processo disciplinar contra o filiado \_\_\_\_\_ com a **licença nacional n.º \_\_\_\_\_**, tendo em vista apurar a sua responsabilidade disciplinar pelo controlo antidopagem positivo durante a competição, realizado no dia 17.05.2015, com o código "EXAMINAR", e que acusou a presença da substância proibida específica *Efedrina* (pertencente à classe S5 da Portaria n.º 270/2014, de 22 de Dezembro, que aprova a Lista de Substâncias e Métodos Proibidos).

O inquérito prévio realizado pela ADoP permitiu a recolha dos seguintes elementos probatórios:

1. Formulário do controlo antidopagem assinado pelo Arguido (v. fls. 10);
2. Relatórios de ensaio relativos às análises das amostras A e B (v. fls. 2 e 4);
3. Cópia da comunicação escrita feita pela UVP-FPC ao Arguido, informando do resultado positivo da amostra A e da possibilidade de ser requerida a contra-análise (v. fls. 11 e 12); e,
4. Ata do Laboratório de Análises de Dopagem (adiante LAD) relativa à realização da diligência de contra-análise (v. fls. 3).

No âmbito do processo disciplinar foi realizado o presente inquérito, durante o qual foram realizadas, *inter alia*, as seguintes diligências de instrução:

1. Foi enviado ao Arguido, e este recebeu, o despacho de abertura do processo disciplinar (v. fls. 14 a 16);
2. Foi enviada ao Arguido, e este recebeu, a nota de culpa (v. fls. 19 a 25);
3. O Arguido apresentou Defesa escrita (v. fls. 26 a 29); e,
4. Foram tomadas declarações ao Arguido (v. fls. 31 e 32).

O Arguido não constituiu mandatário, mesmo depois de informado de que lhe assistia esse direito.

Para além destas, não foi requerida a realização de outras diligências probatórias. E, importa sublinhar que em nenhum momento do inquérito resultou que a conduta do Arguido tenha sido auxiliada, ou de qualquer outra forma comparticipada, por elementos do pessoal de apoio ao praticante desportivo, motivo pelo qual não houve outros acusados (conforme resulta do disposto no artigo 58.º da Lei n.º 38/2012, de 28 de Agosto).

Inexistem, assim, quaisquer formalidades ou outros procedimentos a que cumpra obedecer e os elementos constantes do processo disciplinar são, a nosso ver, suficientes para tomar uma decisão. Pelo que, concluída a instrução, cabe elaborar este Relatório Final de inquérito, que acompanhará o processo e se destina a facilitar a tomada de decisão pelo Conselho de Disciplina da UVP-FPC.

## II. FUNDAMENTAÇÃO

Neste ponto enunciaremos os factos imputados ao Arguido com hipotética relevância disciplinar, analisando a defesa e a prova realizada durante o processo de inquérito, para determinar quais se consideram provados. Depois disso, proceder-se-á à subsunção dos factos provados às normas legais e regulamentares aplicáveis, para depois concluir se o Arguido deve, ou não, ser condenado.

### i) DA PROVA REALIZADA:

No presente inquérito, o Arguido vem acusado da prática de um ato de dopagem, concretamente, pela presença de uma substância proibida específica nas duas amostras de líquido orgânico que lhe foi recolhida pela ADoP (infração prevista no artigo 3.º n.º 2 alínea a) da Lei n.º 38/2012, de 28 de Agosto). A referida infração consubstancia a prática de um ilícito disciplinar, nos termos do disposto no artigo 56.º n.º 1 da mesma Lei n.º 38/2012, de 28 de Agosto.

A acusação fundou-se nos relatórios de ensaio das amostras A3889239 e B3889239, realizados no Laboratório de Análises de Dopagem.

No relatório de ensaio da amostra A3889239 consta que foi detetada na amostra a presença da substância proibida específica *Efedrina* (pertencente à classe S5 da Portaria n.º 270/2014, de 22 de Dezembro, que aprova a Lista de Substâncias e Métodos Proibidos) - v. fls. 2.

Notificado para o efeito, o Arguido requereu a realização da contra-análise (i.e., análise à amostra B3889239). A diligência foi realizada, tendo-se confirmado a presença da substância proibida na amostra (v. fls. 3).

A defesa do Arguido foi feita em dois tempos: primeiro, na resposta escrita à nota de culpa e, depois, aquando da sua inquirição. Vejamos, então, separadamente, o que disse em cada um destes momentos.

Na resposta escrita à nota de culpa, o Arguido defendeu-se referindo, grosso modo, que:

1. Tomou a substância *Efedrina*, em treinos que antecederam a prova 'xxx', e não no dia da prova (xxx);
2. A toma foi feita em pequenas dozes, tendo partido cada um dos oito comprimidos que ingeriu em quatro partes, tomando  $\frac{1}{4}$  de comprimido em cada treino;
3. Os oito comprimidos foram tomados entre abril e maio do ano de 2015, sendo que o último treino em que o fez data de 15.05.2015;
4. A substância proibida foi tomada juntamente com um termogénico ("*Explosion*"), da marca "*Nutrimania*", que contem cafeína na sua composição química;
5. A toma da substância proibida específica e dos suplementos foi feita como intuito de perder peso o mais rapidamente possível, aquando da tomada (tardia) de conhecimento do local e dificuldade da prova (duração, temperatura e percurso);
6. Tendo em conta que as quantidades utilizadas eram mínimas nunca pensou que pudesse acusar no controlo antidopagem;
7. Durante os últimos quatro anos e até à presente data, foi várias vezes controlado e nunca tinha acusado nenhuma substância proibida;
8. Sendo a "*Efedrina*" um estimulante, nunca, no tipo de prova em questão, lhe seria benéfico a sua toma; e,
9. Segundo alguma doutrina, não há evidências que a substância "*Efedrina*" aumente a performance em concentrações até 120mg.

Aquando da sua inquirição, o Arguido manteve a posição já sustentada anteriormente (na resposta à nota de culpa) e esclareceu ainda algumas questões que tinham ficado por clarificar:

1. Inquirido se confirmava que tomou a substância "*Efedrina*", que acusou no controlo antidopagem, respondeu que na semana anterior ao controlo tomou uma cápsula dessa substância, dividida em quatro, tendo a última toma ocorrido dois dias antes do referido controlo (v. fls. 31 ponto 1);
2. Perguntado porque motivo tomou a substância "*Efedrina*", respondeu que o fez para perder peso (v. fls. 31 ponto 2);
3. Questionado se houve, também, motivos de saúde que justificaram a toma, respondeu que não (v. fls. 31 ponto 2);
4. Quanto à perda de peso, inquirido sobre se conseguiu perder peso, respondeu afirmativamente (v. fls. 31 ponto 2);
5. Questionado se tinha conhecimento que a substância "*Efedrina*" era uma substância proibida específica, respondeu sim, e acrescentou que achou que em pequenas quantidades não acusaria no controlo antidopagem (v. fls. 31 ponto 3);
6. Perguntado onde adquiriu tal substância, respondeu que comprou numa farmácia em Badajoz (Espanha), há dois ou três anos, durante uma visita àquele país, e que era um produto de venda livre (v. fls. 31 ponto 4);
7. Inquirido se depois do controlo positivo voltou a tomar a referida substância, respondeu que não, e que, demonstrativo do que afirma, todos os controlos a que foi submetido posteriormente foram negativos (v. fls. 31 ponto 5);
8. Quanto à sua situação sócio-económica referiu que a sua poupança mensal se cifra,



aproximadamente, entre os €60,00 e os €70,00 (v. ponto 7 de fls. 32).

9. E terminou manifestando estar arrependido e que toda esta situação lhe tem causado um transtorno enorme; e, que receia ficar impedido de praticar desporto durante um longo período, o que, atendendo a que tem 37 anos de idade e à desmotivação que a situação lhe provoca, pode significar o fim da sua atividade desportiva (v. declarações finais de fls. 32).

Em suma, o Arguido assume a toma da substância proibida específica. Confirma que estava consciente da proibição dessa mesma toma, mas confiante que a quantidade ingerida não acusaria no controlo antidopagem. E que não o fez por motivos de saúde, mas sim por pretender perder peso o mais rapidamente possível, de modo a estar preparado para a dureza da prova (em que foi controlado positivamente).

ii) DOS FACTOS PROVADOS:

Perante os elementos recolhidos, temos como provados os seguintes factos:

1. O Arguido é titular de licença desportiva n.º , emitida pela UVP-FPC para a época 2015.

Este facto fica provado pelo documento de fls. 5 e 6.

2. No dia xxx, o Arguido foi sujeito a um controlo antidopagem durante a competição, realizado pela ADoP, com o nome de Código "EXAMINAR", tendo-lhe sido recolhida a amostra de urina n.º 3889239.

Este facto fica provado pelo documento constante de fls. 10, que é Formulário do Controlo Antidopagem da ADoP, e pelos documentos constantes de fls. 2 a 4.

3. A análise realizada à amostra n.º x revelou a presença da substância *Efedrina* no organismo do Arguido.

Este facto fica provado pelo documento constante de fls. 2, que é o Relatório de Ensaio do Laboratório de Análises de Dopagem da ADoP.

4. A amostra x confirmou a presença da substância *Efedrina* no organismo do Arguido.

Este facto fica provado pelos documentos constantes de fls. 3 e 4, que são o relatório de ensaio e a ata da contra-análise.

5. A substância proibida específica *Efedrina* foi introduzida no organismo do Arguido pelo próprio.

Este facto fica provado por confissão do Arguido constante do Auto de Declarações, a fls. 31 e 32.

6. O Arguido tinha conhecimento que a substância *Efedrina* era uma substância proibida.  
Este facto fica provado por confissão do Arguido constante do Auto de Declarações, no ponto 3 a fls. 31 e 32.

7. O Arguido não efetuou a toma da substância *Efedrina* por motivos de saúde.

Este facto fica provado por confissão do Arguido constante do Auto de Declarações, no ponto 2 a fls. 31 e 32.

8. O Arguido tomou a substância *Efedrina* para perder peso o mais rapidamente possível.

Este facto fica provado por confissão do Arguido constante da resposta à Nota de Culpa, nos pontos 3 e 5 fls. 27, e no Auto de Declarações, no ponto 2 a fls. 31 e 32.

9. O Arguido, ao introduzir no seu organismo a substância *Efedrina* agiu de forma livre, consciente e voluntária, pretendendo com aquela conduta obter uma melhoria no seu rendimento desportivo, porque se aproximava uma prova fisicamente muito exigente.

Este facto fica provado indiciariamente e por presunção natural, porquanto temos que conceder que se o Arguido:

- a. Adquire em Espanha uma substância, que sabe que a toma, configura legalmente, uma proibição específica (facto provado por confissão do Arguido constante do Auto de Declarações, nos pontos 3 e 4 a fls. 31);
- b. Sabe e não pode ignorar, que a proibição está associada a fins de erradicação da dopagem no âmbito desportivo, e, como tal, que essa substância é proibida porque altera e falseia os resultados obtidos;
- c. Justifica a toma com a intenção de perder rapidamente peso – fator essencial no ciclismo;





- d. Confessa que o fez, porque se estava a aproximar a data da prova em que foi controlado, e que esta apresentava elevada dificuldade (facto provado por confissão do Arguido constante da resposta à Nota de Culpa, nos pontos 3 e 5 fls. 27); e,
- e. Considerava que a toma daquela substância, em pequenas quantidades, não acusaria no controlo antidopagem (facto provado por confissão do Arguido constante do Auto de Declarações, no ponto 3 a fls. 31).

é possível concluir, com base nas regras da experiência (*prova prima facie*) que o Arguido sabia que (e pretendia) com aquela conduta obter uma melhoria no seu rendimento desportivo, conformou-se com essa possibilidade e atuou.

10. O Arguido tomou *Efedrina* em pequenas quantidades, confiando que desta forma a mesma não acusaria no controlo antidoping.

Este facto fica provado por confissão do Arguido constante do Auto de Declarações, no ponto 3 a fls. 31.

- Conclusões

Os elementos recolhidos são suficientes para, nos termos conjugados do disposto nos artigos 9.º e 6.º da Lei n.º 38/2012, de 28 de Agosto, podermos afirmar, com segurança, que o Arguido praticou e é responsável pela infração disciplinar de que vem acusado (prevista no artigo 3.º n.º 2 alínea a) e artigo 56.º n.º 1, ambos da Lei n.º 38/2012, de 28 de Agosto).

### iii) DO DIREITO:

Importa agora considerar as normas jurídicas às quais se poderão subsumir os factos acima descritos.

A respeito do enquadramento jurídico, consabidamente, é a ADoP, enquanto detentora do poder disciplinar originário quem, aquando da remessa dos documentos à respetiva federação desportiva, circunscreve e vincula a infração da qual o Arguido deve ser acusado (cfr. artigo 59.º da Lei n.º 38/2012, de 28 de agosto). Neste caso, a ADoP determinou à UVP-FPC que procedesse à abertura de processo disciplinar contra o Arguido, acusando-o de infração ao disposto no artigo 3.º n.º 2 alínea a) da citada Lei. A referida infração consubstancia a prática de um ilícito disciplinar, nos termos do disposto no artigo 56.º n.º 1 da mesma Lei n.º 38/2012, de 28 de Agosto.



Nos termos do disposto no artigo 3.º n.º 2 alínea a) da Lei n.º 38/2012, de 28 de Agosto, a presença de uma substância proibida numa amostra recolhida a um praticante desportivo constitui violação das normas antidopagem. E, acresce que, nos termos do artigo 5.º n.º 1 da citada Lei o praticante desportivo tem o dever de assegurar que não introduz ou é introduzida no seu organismo qualquer substância proibida, sendo em consequência responsabilizado por qualquer substância proibida que seja encontrada na amostra que lhe pertença (artigo 6.º n.º 1 da mesma Lei).

Aqui chegados, importa agora sublinhar que no decurso do processo disciplinar foi aprovada a Lei n.º 93/2015, de 13 de agosto, que entrou em vigor em 18 de agosto, e que produziu alterações no quadro legal aplicável à infração de que o Arguido vem acusado, designadamente, no que à infração e sanção de suspensão da atividade desportiva diz respeito. Atenta a sucessão de leis no tempo, importa aqui comparar os dois quadros legais aplicáveis (o anterior e o posterior à intervenção legislativa), de molde a garantir a aplicação efetiva do princípio constitucional do tratamento mais favorável ao Arguido.

Ao tempo da prática da infração e da instauração do presente processo disciplinar, a Lei n.º 38/2012, de 28 de Agosto, dispunha, quanto ao uso ou administração de uma substância proibida específica, da seguinte forma: "(...) nos casos em que o praticante desportivo faça prova do modo como a substância proibida entrou no seu organismo e de que o seu uso não visou a melhoria do rendimento desportivo ou não teve efeito mascarante, o praticante desportivo é punido, tratando-se de primeira infração, com pena de advertência ou com pena de suspensão até dois anos." (artigo 62.º); se tal prova não fosse feita, então a infração seria (será) punida nos termos gerais do artigo 61.º, "(...) com pena de suspensão por um período de 2 anos.".

A dinâmica da regra é relativamente simples: todas as substâncias constantes da *Lista de Substâncias e Métodos Proibidos*, aprovada pela Portaria n.º 09/2014, de 17 de janeiro, são proibidas. Isto é, não podem ser tomadas por atletas, por se entender que alteram o rendimento desportivo. Contudo, de entre estas, há algumas cuja toma pode ter uma justificação terapêutica – as substâncias proibidas específicas, onde a *Efedrina* se inclui – e, como tal, comprovando-se que o fim para que o atleta as utiliza é, efetivamente, meramente terapêutico, a sua toma pode ser autorizada (através da emissão prévia de uma Autorização para Utilização Terapêutica pelo CAUT), sendo então a toma lícita, ou não sendo a toma precedida da dita Autorização, originar o desagravamento da pena disciplinar aplicável. Tudo isto porque se aceita que se a toma teve uma justificação médica/terapêutica melhorou artificialmente a *performance* do atleta, é certo, mas apenas ao ponto de o colocar em *par conditio* com os restantes, ou seja, nas condições em que se encontraria se não padecesse do problema clínico que o obrigou à toma. E, portanto, a verdade desportiva sai aqui relativamente incólume. Diferente será se a toma não teve qualquer justificação médica/terapêutica. Nestes casos, então é de concluir que o atleta visou unicamente a melhoria da *performance*, obteve uma vantagem ilegítima relativamente aos restantes e, como tal, será sancionado segundo o regime regra – artigo 62.º – deixando de ter qualquer relevância o facto da substância deletada ser específica.

A este respeito, cumpre referir que o Arguido cedo deixou clara a motivação da toma. De facto, logo na resposta escrita à nota de culpa, pode ler-se que a mesma se deveu à notícia tardia de que o xxxxx, num "(...) *percurso bastante difícil com subidas duras, daí ter optado mal e sem conhecimento/causa, por esta substância, no entanto volto a frisar que foi com o intuito de perder peso mais rápido possível, e como as quantidades eram mínimas nunca pensei que tal pudesse acontecer/ecusar.*". Inexistiu, portanto, qualquer fim terapêutico, como aliás depois veio a ser confirmado mais à frente, em sede de inquirição e, como tal, é de afastar a aplicação ao Arguido do regime constante do artigo 62.º da Lei n.º 38/2012, na redação em vigor à data dos factos. Calrá, portanto, no artigo 61.º, nos termos do qual, repita-se, a sua conduta é punível "(...) *com pena de suspensão por um período de 2 anos.*" (acrescida das restantes sanções acessórias, nomeadamente, as previstas nos artigos 74.º e 76.º da Lei, que não sofreram alterações).

O regime atualmente em vigor, resultante da alteração legislativa levada a cabo pela Lei n.º 93/2015, é diferente. Estatui-se agora que o uso ou administração de substâncias proibidas específicas é punido de acordo com o regime geral, nos termos do qual se a infração for praticada com dolo a pena corresponderá a um período de 4 (quatro) anos de suspensão e, se se ficar pela negligência, 2 (dois) anos de suspensão (cfr. artigo 62.º, n.º, com remissão para o artigo 61.º n.º1). Frisa-se ainda no normativo, redundantemente, que a prova do dolo cabe à ADoP.

O dolo e a negligência são as formas de imputação subjetiva do facto ao agente. Numa distinção muito genérica e sintética, diríamos que o dolo pode ser definido como o conhecimento e vontade de praticar o facto típico ilícito, enquanto a negligência consiste num atuar do agente sem que proceda com o cuidado a que, segundo as circunstâncias concretas, estava obrigado e de que era capaz.

*In casu*, vimos já *supra*, o Arguido assume que tomou *Efedrina* (a substância proibida) com o intuito de perder rapidamente peso, a tempo da prova Campeonato Nacional de Masters, cujo traçado, em subida, seria bastante duro. Assume ainda que o fez em doses pequenas, pois julgou que assim não acusaria no controlo antidoping. Pelo que, dúvidas não restam de que o Arguido agiu com dolo; representou o facto ilícito (elemento intelectual do dolo) e agiu com vontade de o alcançar/praticar (elemento volitivo do dolo).

E, nesta contingência, em face da Lei em vigor atualmente, ao Arguido seria de aplicar uma pena de suspensão da atividade desportiva pelo período de 4 (quatro) anos.

Temos então que, no confronto entre o regime legal em vigor à data dos factos e o em vigor atualmente, o primeiro se afigura, em abstrato e em concreto, como o mais favorável para o Arguido, pelo que, com apego ao princípio constitucional, será em face deste que o mesmo será aqui sancionado. É então este o quadro legal aplicável ao Arguido:

41  


- a. Pena de suspensão da atividade desportiva por um período de 2 anos (nos termos do artigo 61.º n.º 1 da Lei n.º 38/2012, de 28 de Agosto);
- b. Invalidação do resultado obtido na competição onde foi realizado o controlo positivo (nos termos do disposto no artigo 74.º da Lei n.º 38/2012, de 28 de Agosto);
- c. Anulação dos resultados obtidos nas competições em que participou após a recolha da amostra (nos termos do disposto no artigo 76.º da Lei n.º 38/2012, de 28 de Agosto); e,
- d. Multa de €500 (quinhentos euros) a €5.000 (cinco mil euros), nos termos do disposto no artigo 27.º do Regulamento Antidopagem da UVP/FPC.

### III. DETERMINAÇÃO DA MEDIDA DA PENA

Vimos já, *supra*, que o Arguido agiu com dolo. Importa agora determinar, para efeitos de fixação da medida da pena, em qual das 3 modalidades de dolo previstas no artigo 14.º do Código Penal se insere a conduta do Arguido, a saber: atuação com intenção de realizar o facto típico (dolo direto); aceitação da realização dos elementos do tipo objetivo como consequência necessária da conduta (dolo necessário); e conformação ou indiferença pela realização do resultado previsto como possível (dolo eventual).

Na nossa opinião, os factos dados como provados permitem sustentar que o Arguido agiu com dolo direto, isto é, que conhecia a substância que adquiriu e administrou-a no seu organismo com a intenção direta de se dopar e assim obter melhorias na sua *performance* desportiva. Outrossim, é o próprio Arguido que traça essa conclusão, ao afirmar perentoriamente que tomou a substância, que sabia ser proibida, com o fito exclusivo de perder peso rapidamente, a tempo de os efeitos se refletirem na prova onde acabou por vir a ser controlado (Campeonato Nacional de Masters).

A propósito da pretendida perda de peso, não será despidendo notar, nesta sede, a importância que o peso tem no ciclismo (até para rebater a argumentação tentada pelo Arguido no artigo 9.º da resposta à nota de culpa, segundo a qual *"Sendo a 'efedrina' um acelerador/estimulante, nunca para uma prova de duração superior a 3h, me iria trazer algum benefício, até pelo contrário, causaria um desgaste muito mais rápido e o aparecimento da fadiga."*).

Na verdade, é irrefutável a asserção de que quanto menos peso tiver de ser locomovido pelo ciclista, mais fácil e mais rápida se torna a sua locomoção. Por esse facto, aliás, os fabricantes investem tanto nos materiais de que são construídas as bicicletas (o alumínio deu lugar, hoje em dia, às fibras de carbono). E o pvp (preço de venda ao público) das bicicletas aumenta proporcionalmente à diminuição do seu peso bruto. Ora, se o peso fosse negligenciável neste desporto, como se pretende fazer crer, esta preocupação não seria tão patente em atletas e fabricantes.

Importa, por outro lado, atribuir um grau de gravidade ao dolo (leve, grave ou muito grave). Neste

caso, temos que o mesmo é grave. De facto, o consumo da substância *Efedrina* potencia o metabolismo, aumentando o consumo natural de gorduras, com a consequente perda de peso. E, por isso, ao administrá-la, o Arguido conseguiu obter uma importante vantagem competitiva perante os restantes atletas, acabando desta forma por falsear a verdade desportiva, conseguindo por via da dopagem aquilo que deveria ter obtido através da prática intensiva de desporto e correta alimentação, facto que não pode deixar de ser veementemente repudiado nesta sede.

Para além da culpa do agente, a determinação da medida da sanção deve ainda ter em conta as exigências de prevenção, bem como as circunstâncias atenuantes ou agravantes que depuserem a favor, ou contra, o praticante desportivo (v. artigo 14.º n.º 2 da Lei n.º 38/2012, de 28 de Agosto e artigos 71.º e 72.º do Código Penal). Feita esta avaliação, o decisor estará habilitado a aplicar, fundamentadamente, a pena ajustada ao caso concreto.

Ora, quanto às exigências gerais de prevenção cabe reforçar, uma vez mais, que o flagelo do *doping* tem de ser veementemente combatido e exemplarmente punido, porquanto o recurso a substâncias proibidas apenas contribui para prejudicar a saúde dos praticantes, falsear a verdade desportiva e manchar a imagem da modalidade. Não é justo, já se disse, permitir que alguns desportistas alcancem por esta via (dopagem) aquilo que devem atingir pelo mérito, esforço e abnegação. Mais ainda, pondo em risco a sua saúde. E manchando inelutavelmente a imagem pública do ciclismo.

Pelo exposto, é nossa opinião que esta conduta deve ser fortemente censurada e alvo de vil repúdio nesta sede, porquanto põe em causa a modalidade, a justiça desportiva, os princípios fundamentais do desporto (inscritos na Lei de Bases do Desporto e no Código da Ética Desportiva) e até a própria saúde do atleta.

No que às exigências especiais de prevenção diz respeito, a favor do Arguido depõe certamente o arrependimento sincero manifestado durante o processo disciplinar e contra o facto de este ter ainda a pretensão de continuar a ser ciclista, motivo pelo qual importa tentar garantir que a condenação reprimirá o Arguido de reincidir na conduta ilícita.

A favor do Arguido deporão, com especial ênfase, o facto de este ser primário, de ter confessado a infração e de ter demonstrado arrependimento.

Igualmente deverá ser tido em consideração como atenuante o facto de o Arguido não ser um atleta profissional. Trata-se, tão só, de um amador que pratica ciclismo por lazer, não retirando daí qualquer benefício financeiro. Igualmente, não retirou qualquer proveito financeiro direto da infração praticada. E, por último, como vimos *supra*, ficará necessariamente impedido de participar em provas e eventos desportivos por um período longo e perderá todos os títulos que eventualmente tenha ganho desde a data da prática da infração. Pelo que, a nosso ver, em face disto, não se justifica ainda a aplicação de uma penalização financeira gravosa.

Por último, a este respeito, importará considerar ainda a situação sócio-económica do Arguido – alegadamente trabalha, auferindo uma remuneração mensal de €798 brutos, mas face às despesas que suporta sobejam-lhe apenas aproximadamente €60 a 70/mês. A ser assim, porque tem dois filhos menores (de 2 e 9 anos) e outros compromissos financeiros de relevo para o agregado familiar, como o crédito à habitação, exceccionalmente, deve ser aplicado o mínimo legal de multa, dentro da moldura aplicável à infração praticada.

#### IV. PROPOSTA DE DECISÃO

Em face do exposto, a nosso ver não se encontram preenchidos os requisitos necessários para a eliminação ou redução do período de suspensão, previstos no artigo 67.º da Lei n.º 38/2012, de 28 de Agosto. De facto, como a epígrafe indica, aquele artigo destina-se a salvaguardar casos em que ocorram *circunstâncias excecionais* e a sua aplicação depende da demonstração de que o atleta não foi negligente, ou não foi significativamente negligente (conceitos cuja definição consta das alíneas s) e t) do artigo 2.º da Lei n.º 38/2012). No caso concreto, como vimos, a conduta do Arguido não se ficou sequer pela negligência, tendo antes conformado a existência de dolo.

Pelo que, considerando tudo quanto acima se expôs, por se julgar suficiente, tanto em termos preventivos como para efeitos punitivos, propomos ao Conselho de Disciplina da UVP-FPC a aplicação ao Arguido das seguintes sanções cumulativas:

- a. Pena de suspensão da atividade desportiva pelo período de 2 anos, nos termos do artigo 61.º n.º 1 da Lei n.º 38/2012, de 28 de Agosto e do artigo 17.º n.º 1 do Regulamento Antidopagem UVP-FPC;
- b. Invalidação do resultado individual obtido no xxxx (nos termos do disposto no artigo 74.º da Lei n.º 38/2012, de 28 de Agosto);
- c. Anulação dos resultados obtidos nas competições em que participou após o dia 17.05.2015, nos termos do disposto no artigo 76.º da Lei n.º 38/2012, de 28 de Agosto;
- d. Multa de €500 (quinhentos euros), nos termos do disposto no artigo 27.º do Regulamento Antidopagem da UVP/FPC.

Lisboa, 11 de dezembro de 2015

O Instrutor,

